

Manguezais de Sergipe estão desaparecendo

Monitoramento via satélite revela a redução de área de mangues. Faltam projetos de preservação e recuperação

Karla Pinheiro

Durante muito anos não se deu a devida importância aos manguezais do Estado. Crescimento imobiliário, pesca predatória, culturas de espécies em viveiros, poluição, invasão, aterro e desmatamento são algumas das causas que contribuíram para a morte de algumas áreas de manguezais, local que serve de berçário para cerca de 80% dos animais marinhos e possui importância essencial para a manutenção do ecossistema. Dados da Embrapa apontam que no ano de 1975 Sergipe contava com 555,7 Km² de mangues, seis anos depois, em 1981, essa área já havia sido reduzida para 468,7 Km², uma perda de 87 Km². E o que se nota é que os órgãos municipais, estaduais e federais ainda não têm projetos efetivos para preservação, manutenção e recuperação dos manguezais de Sergipe.

O monitoramento via satélite feito recentemente pela Administração Estadual de Meio Ambiente (ADEMA), revela que existe cerca de 25 mil hectares de mangue, o que corresponde a 256 km², ou seja, 1,17% do território sergipano. Só na Grande Aracaju percebe-se 133,25 Km² de áreas de mangue, valor correspondente a 52% da área total de manguezais do Estado e 0,61% do território de Sergipe. De acordo com o secretário Estadual de Meio Ambiente e presidente da Adema, Genival Nunes, nunca houve dados tão precisos sobre as áreas de mangues como agora.

“Investimos cerca de R\$ 200 mil em um programa de imagens e exatamente dessas imagens conseguimos fazer o mapeamento dos manguezais em Sergipe. Isso era um dilema terrível para pesquisa sergipana, ninguém a rigor sabia exatamente a quantidade de mangue, diziam 256 km de mangue, mas apenas imaginavam, era através de imagens ruins ou dados de campo que não condiz com dados reais. Então a compra desse material foi de extrema importância para os manguezais. São dois anos de acúmulo de imagem (2011 e 2012), estamos fazendo a comparação para vê o que se perdeu e o que aumentou”, explica.

“Seria injusto dizer que a especulação imobiliária fez morrer o mangue, porque hoje o processo é rigoroso e uma empresa não é maluca de fazer uma obra dentro do mangue, tem os casos, mas isolados, porque as sanções são fortes. O que acontece é que algumas pessoas que vivem em regiões mais pobres, especialmente em Aracaju, avançam no manguezal, fazem um loteamento e saí vendendo para o povo, se perde mangue dessa forma. Também se mata o manguezal pelo assoreamento, como também por ciclo natural, porque se a dinâmica da maré muda, o mangue fica sem o precisa para viver e morre”, esclarece Genival.

Outro fator apontado pelo secretário estadual são os viveiros de peixe e camarão em área de manguezal. “Uma forma real de destruição do mangue é a piscicultura e carcinicultura desorganizada, isso é histórico, são mais de 30 anos de ocupação dos apicuns salgados dos manguezais e isso trouxe problemas. Não estou culpando, mas é uma realidade. O código florestal amenizou possibilitando que houvesse licenciamento nos apicuns, mas nos manguezais não, então a Adema e o IBAMA começaram ano passado um trabalho de identificação e fechamento desses viveiros. Foram identificados mais de dois mil viveiros e já fechamos mais de 300, então isso provavelmente vai contribuir para recuperação de manguezais”, afirma Genival.

Deste mapeamento já se sabe que 2.911,07 hectares estão situados na região do Baixo São Francisco, 291,31 no Leste Sergipano, 13.325,46 na Grande Aracaju e 8.343,23 na região Sul Sergipano. Já foi possível fazer o levantamento com dados concretos de cinco municípios, são eles: Aracaju, Nossa Senhora do Socorro, Barra dos Coqueiros, Pacatuba, Brejo Grande e o município de Laranjeiras está sendo concluído. Os dados apontam que na capital 1,054% de área de mangue foi perdida, na Barra dos Coqueiros a perda foi de 8,88%, em Nossa Senhora do Socorro 7,26%, em Pacatuba 1,16% de perda, mas já em Brejo Grande houve um ganho de 9,88%.

O secretário atribui a destruição do mangue a diversos fatores, dentre eles o assoreamento e o processo natural.

sibilidade de fazer manejo”, explica o secretário.

Já a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMA), criada apenas em fevereiro de 2012, quando todas as capitais do país já haviam instituído há anos suas secretarias municipais de meio ambiente, revela que mesmo que com baixo efetivo de profissionais tem desenvolvido alguns projetos.

“De fato estamos buscando desde já a garantia de melhor preservação de áreas de mangue, com a execução de projetos que resultarão na criação de unidades de proteção e conservação permanente, a exemplo do projeto que iniciamos em meados de 2013, na região do rio Poxim nas imediações do conjunto Augusto Franco, com previsão de conclusão para março de 2014, onde uma grande área natural de mangue ao redor do rio será não apenas preservada como também recuperada, para que seja transformada em parque municipal de preservação definitiva, com o apoio inclusive do Ministério Público Federal”, ressalta César Gama, secretário Municipal em Exercício.

Gama informa ainda que a secretaria também visa incluir outras áreas no projeto de áreas de proteção definitiva. “Ainda este ano duas outras áreas extensas de manguezais, ora em análise da SEMA, também farão parte de projetos de recuperação e preservação que as tornarão unidades de proteção permanente, oferecendo proteção definitiva à fauna e a flora ao redor destas áreas”, reforça.

A SEMA revela que tem feito fiscalizações na capital, no sentido de inibir e punir o avanço e depredação de área de manguezal. “Em meados do ano passado, uma grande área de mangue que havia sido invadida em Aracaju próximo ao Rio Poxim, foi recuperada depois da efetiva ação desta Secretaria. Meses antes, outra ação efetiva de fiscalização da SEMA, feita em área próxima à nova ponte Gilberto Vilanova, na entrada do Conjunto Augusto Franco, resultou na demolição de oito residências precárias que estavam sendo erguidas em área de invasão de mangue e outras atividades de fiscalização em áreas de mangue em caráter de rotina, inclusive com o apoio do Ministério Público Estadual, também foram realizadas, resultando em ações mais duras de combate às invasões”, conta Gama.

Ainda segundo o secretário, por muitos anos a capital esteve abandonada em termos ambientais e hoje a população aracajuana convive com os reflexos desse abandono. “Infelizmente o estado crônico de abandono dos mangues, em que as gestões municipais anteriores, incluindo as gestões ambientais federal e estadual, mergulharam o nosso ambiente, aliado ao nosso pequeno efetivo inicial, não nos permitiram agir com mais abrangência nas invasões de mangues, que já haviam se tornado lugar comum na capital”, atribui o secretário em exercício.

de Meio Ambiente e Educação Ambiental”, explica Rezende.

A ação do IBAMA de recuperação de áreas de preservação ambiental acontece durante suas atuações. “Hoje nós temos cerca de 2.700 mil processos lavrados pelo Ibama durante esses anos, boa parte desses processos se refere à destruição de manguezal. Todos esses processos ao final existe uma fase que é de recuperação da área, os infratores têm que se submeterem a um projeto de área degradada. Todos os processos têm um termo de compromisso assinado pelo infrator com o IBAMA e a área só é considerada liberada depois do laudo pericial feito pelo órgão”, assegura o superintendente.

Outra ação prevista pela Lei Florestal é o período de defeso, que preserva algumas espécies durante a época de reprodução e crescimento. Dentro desse período está o defeso do caranguejo, crustáceo que passa sua vida inteira dentro dos mangues. “Fazemos a fiscalização durante todo o ano através de denúncias, mas existe um período no ano que a gente se dedica à proteção dos recursos pesqueiros, isso inicia em novembro e encerra em março, são cinco meses dedicados à proteção desses recursos. O defeso do caranguejo é um deles, ele inicia na primeira semana de janeiro e encerra na primeira semana de março, o defeso é dividido em quatro fases durante o ano”, informa Manoel que explica que essa é uma forma de man-

de origem da pesquisa. Depois vamos fazer a coleta do sêmen e de óvulos para inseminações artificiais futuras. O resultado da pesquisa nos permitirá passar informações sobre a criação em cativeiro do Mero, podemos também trabalhar com a cultura de repovoamento e soltura dos animais na natureza, então além de ambiental, a pesquisa tem cunho também econômico”, explica Paulo César Carneiro, pesquisador em piscicultura.

Durante a captura dos peixes, Paulo conta que esteve inúmeras vezes na foz do Vaza-Barris e que o local ainda é bastante conservado, mas que o crescimento imobiliário na região está comprometendo de forma bem agressiva o ecossistema.

“O estuário é muito bonito e preservado, mas se não cuidar daqui a 5 ou 10 anos estará tudo mudado. A exploração é muito grande, os loteamentos, muitos irregulares, estão todos a sua volta, e como não há saneamento básico nem nos loteamentos regulares, nos irregulares muito menos, então despejam o esgoto doméstico direto no mangue, em alguns locais é forte o cheiro de esgoto e pelo que observo indo a campo, ninguém está fazendo nada para conter isso, o crescimento é desenfreado, cada dia mais casas. O importante não é recuperar essa área porque ainda está em bom estado, o importante é não deixar destruir, e o primeiro passo para isso é a fiscalização”, sugere Paulo.

Outro ponto apontado é a pesca no local, o pesquisador relata que os pescadores utilizam equipamentos proibidos de pescaria nos mangues e com isso as espécies ainda pequena estão sendo capturadas. “Não há uma fiscalização, os pescadores pescam tranquilamente, eles utilizam redes para cercar o mangue, isso é proibido porque acaba pegando peixes muito pequenos, a exemplo do Mero que sai do mangue com 30 kg, chegando a 80Kg, e na rede vem peixe de 200 a 300 gramas, e são várias espécies assim. Tem também a pesca amadora, em sua maioria os pescadores utilizam equipamentos proibidos, até

ter a espécie.

“Nós já não temos mais a fartura de caranguejo que tínhamos antigamente, nos anos de 2002 e 2003 houve uma mortandade grande de caranguejo devido a um fungo que acometeu o mangue e Sergipe perdeu metade de sua produção, hoje já houve a recuperação, mas é por isso que dedicamos atenção especial ao defeso do caranguejo porque é o período de renascimento no mangue, vai proporcionar o estoque sustentável de caranguejo aos catadores”, enfatiza.

mesmo por falta de instrução, mas isso prejudica as espécies. Os efeitos já estão sendo sentidos porque ainda tem muito Mero no Vaza-Barris, mas não como há cinco anos que pescadores têm fotos com animais de 100 kg, isso não acontece mais e olhe que o espaço de tempo é curto”, conta.

Para o superintendente do IBAMA é preciso a participação da população para a preservação do Meio Ambiente. “É fundamental para o embate, para o enfrentamento dessas questões juntamente com a ação estatal, a ação do cidadão. Se o cidadão não tiver consciente para aquilo que está fazendo, de nada vai adiantar a repressiva, porque ação repressiva tem um resultado quase imediato, mas temporal e local, a gente tem que estender esse entendimento para o cidadão como um todo, não só quem está praticando o crime ambiental, como quem está observando, porque ele pode de imediato fazer cessar. Eu reputo o cidadão como maior parceiro das instituições que trabalham com o meio ambiente nessa luta”, finaliza Rezende.